

PROJETO DE LEI

Nº 156 / 18



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V. Proc. Nº 3473/18  
Fls. 01  
Reso. \_\_\_\_\_

C.M.V. Proc. Nº 3473/18  
Fls. **CANCELADO**  
Reso. \_\_\_\_\_

### JUSTIFICATIVA

LIDO EM SESSÃO DE 26/06/18.  
Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):  
 Justiça e Redação  
 Finanças e Orçamento  
 Obras e Serviços Públicos  
 Cultura, Denominação e Ass. Social

O presente projeto de Lei tem como objetivo beneficiar os usuários do transporte público, bem como facilitar a fiscalização pela Secretaria de Transporte e Trânsito a disponibilização de aplicativo para acompanhamento da frota, possibilitando saber o que acontece em tempo real com o serviço na cidade. Trazer a inovação e a tecnologia para o dia a dia do cidadão é uma obrigação do poder público, para melhorar os serviços prestados à população.

~~Presidente~~  
~~Suplenente~~  
~~Presidente~~

Os Sistemas de Posicionamento Global, popularmente conhecidos como GPS, evoluíram e se popularizaram nos últimos anos. Note-se que os equipamentos são cada vez mais fáceis de se utilizar e estão cada vez menores e mais baratos.

Assim, os aparelhos portáteis de GPS, na maioria das vezes embutidos em aparelhos de telefonia móvel, têm revolucionado a forma como os cidadãos monitoram o trânsito e programam os seus deslocamentos.

É fundamental que as empresas de transporte utilizem modernas ferramentas tecnológicas para garantir melhor gerenciamento de sua frota e, conseqüentemente, planejar ações que tragam mais conforto e segurança aos usuários dos seus serviços, bem como facilitar a fiscalização do contrato de concessão firmado com a Prefeitura da Cidade de Valinhos.

Retirado pelo autor em 15/06/18 Valinhos, 26 de junho de 2018.  
Arquive-se.

Dalva Dias da Silva Berto  
Presidente

Gilberto Aparecido Borges - GIBA  
Vereador MDB

Data: 27/06/2018

Nº do Processo: 3473/2018

Projeto de Lei n.º 156/2018

Autoria: GIBA

Assunto: Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de sistema de GPS no ônibus operados por concessão do Poder Público Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 156/18

**Ementa. DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GPS NOS ÔNIBUS OPERADOS POR CONCESSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.**

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Valinhos, sanciono e promulgo a seguinte Lei de autoria do Vereador Gilberto Aparecido Borges - GIBA:

Art. 1º - Fica determinada a obrigatoriedade da utilização de Sistema de Posicionamento Global (GPS) em todos os ônibus de transporte coletivo operados por concessão do Poder Público Municipal.

§ 1º - Deverá a empresa concessionária disponibilizar em tempo real, através de Aplicativo Móvel/App, a localização de cada veículo da sua frota, identificando a linha em que opera no momento.

§ 2º - As informações objeto do § 1º devem permitir a visualização de todos os veículos que circulam em cada linha ao mesmo tempo.

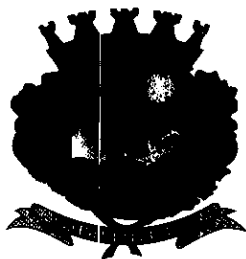
Art. 2º - Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, para a adequação da frota à exigência constante do artigo 1º.

Art. 3º - O não cumprimento desta Lei sujeitará o infrator à seguinte penalidade:

I - multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais);

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORESTES PREVITALE JUNIOR  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

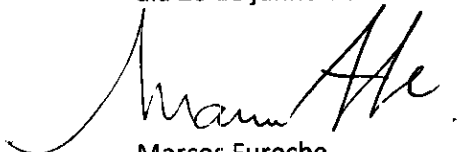
C. M. de VALINHOS

PROC. Nº 3473/18

F.L.S. Nº 03

RESP. 

À Comissão de Justiça e Redação,  
conforme despacho do Senhor  
Presidente em Sessão do  
dia 26 de junho de 2018.



Marcos Fureche  
Assistente Administrativo  
Departamento Legislativo

28/junho/2018



C.M.V. 3473 18  
Proc. Nº 04  
Fls. \_\_\_\_\_  
Resp. \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer DJ nº 203 /2018

**Assunto: Projeto de Lei nº 156/2018 – Autoria do vereador Gilberto Aparecido Borges (GIBA) – Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de sistema de GPS nos ônibus operados por concessão do poder público municipal.**

***À Comissão de Justiça e Redação  
Presidente vereadora Dalva Berto***

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão de Justiça e Redação acerca do projeto de lei em epígrafe que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de sistema de GPS nos ônibus operados por concessão do poder público municipal*”.

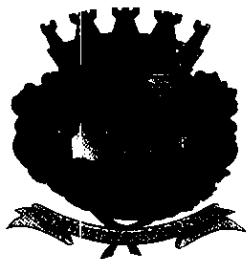
*Ab initio*, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, sendo que seus fundamentos podem ou não serem utilizados pelos membros desta Casa.

Assim, ressalta-se competência regimental da Comissão de Justiça e Redação estabelecida no artigo 38.

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais passamos a análise técnica do projeto em epígrafe solicitado.

Pois bem, analisando os dispositivos do projeto infere-se que a proposta, no que tange à matéria, afigura-se revestida de constitucionalidade, eis que por força da Constituição da República os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, como no caso em questão (art. 30, I da CRFB).

A Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 175 que ao Poder Público incumbe, diretamente, ou mediante concessão e/ou permissão, a prestação de serviços públicos.



C.M.V. 3473/18  
Proc. Nº 03  
Fls. 03  
Resp. 03

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

No que diz respeito ao serviço público de transporte, a CRFB/88 estabeleceu expressamente competências para a União e para os Municípios, respectivamente, no artigo 21, inciso XII, alíneas “d” e “e”, e no artigo 30, inciso V.

Sendo que a iniciativa de lei que disponha sobre a prestação de serviço público é privativa do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II c.c. art. 84, I, CF; art. 24, § 2º c.c. 47, II Constituição Bandeirante, e art. 48, II c.c. 80, XXVII da LOM), restando, assim, configurado o vício de iniciativa.

Ademais, quando o legislativo municipal edita ato normativo sem a observância dessa regra constitucional viola o princípio da independência e harmonia dos Poderes (artigos 2º da CF, 5º da Constituição Paulista e 3º da LOM), pois invade área de atuação do Prefeito, a quem compete à administração da cidade por meio de atos de planejamento, direção, organização e execução.

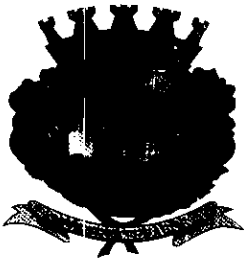
Destarte, não temos como desvincular o transporte coletivo da modalidade de serviços públicos, quesito que compete à privativa alçada do Chefe do Executivo.

Nas lições de Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup> sobre os serviços públicos:

*A execução das obras e serviços públicos municipais está sujeita, portanto, em toda a sua plenitude, à direção do prefeito, sem interferência da Câmara, tanto no que se refere às atividades internas das repartições da Prefeitura (serviços burocráticos ou técnicos) quanto às atividades externas (obras e serviços públicos) que o Município realiza e põe à disposição da coletividade. (g.n.)*

*As obras e serviços públicos municipais tanto podem ser executados diretamente pelos órgãos centralizados da Prefeitura como descentralizados por autarquias, fundações criados pelo Município, empresas estatais (empresa pública, sociedade de economia mista) ou, ainda, por delegados do Poder Público (concessionários, permissionários, autorizatários) e, finalmente, por particulares contratados para sua execução. (g.n.)*

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro, 15ª Edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2006, página, 751.



C.M.V. 3473, 18  
Proc. Nº  
Fls. 06  
Resp.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Vejamos julgados da Suprema Corte e do Tribunal de Justiça de São Paulo em casos análogos:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 534.383 SÃO PAULO**

**RELATORA :MIN. CÁRMEN LÚCIA**

**RECTE.(S) :MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**RECDO.(A/S) :SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE SAO PAULO**

**ADV.(A/S) :JOSÉ ALBERTO DA COSTA VILLAR**

**INTDO.(A/S) :MUNICÍPIO DE CAMPINAS**

**DECISÃO :**

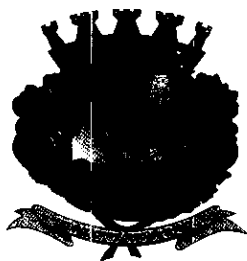
**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL N. 11.040/2001. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO TRIBUNAL A QUO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.**

**Relatório**

**1. Recurso extraordinário interposto pelo Procurador-Geral da Justiça do Estado de São Paulo em 26.5.2006, com base no art. 102, inc. III, al. a, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo qual declarada a inconstitucionalidade de lei de iniciativa parlamentar do Município de Campinas/SP (Lei n. 11.040/2001), sob o fundamento de invadir a competência exclusiva do Poder Executivo por criar atribuições para as secretarias municipais e órgãos a elas vinculados.**

**Este o teor da ementa do acórdão recorrido:**

**"Ação direta de inconstitucionalidade de lei – LEI N. 11.040, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001 – Dispõe sobre a implantação de dispositivo especial para embarque e desembarque de deficientes físicos em veículos da frota de ônibus pertencente ao sistema de transporte coletivo urbano do Município de Campinas e dá outras providências – Reconhecimento da legitimidade ativa 'ad causam' do sindicato requerente – Inconstitucionalidade da lei impugnada, em virtude de vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação de poderes – Ação julgada procedentes" (fls. 370-371).**



C.M.V. 3973, 18  
Proc. Nº  
Fls. 07  
Resp.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

### ESTADO DE SÃO PAULO

2. Segundo o Recorrente, ao editar a lei questionada, a Câmara Municipal de Campinas "não criou atribuições a órgãos públicos municipais, mas sim procurou conferir efetividade a um direito que vem expressamente consagrado na Constituição: a integração social das pessoas portadoras de deficiência e a garantia de acesso ao serviço público municipal de transporte coletivo de passageiros (art. 227, § 1º, inciso II, e § 2º), matéria sobre a qual, vale ressaltar, não paira nenhuma reserva de iniciativa" (grifos no original, fl. 394).

Sobre a violação do princípio da separação dos poderes assentada no acórdão recorrido, alega o Recorrente que a lei impugnada "não tem em vista propriamente a regulamentação de um serviço público, senão o aperfeiçoamento de garantia legal e constitucional, tanto assim que o planejamento e o ordenamento do transporte coletivo urbano no Município, além de a fiscalização e o controle de tais serviços, foram mantidos sob a integral responsabilidade do Prefeito" (grifos no original, fl. 395).

Por fim, assevera a compatibilidade da lei municipal com a legislação federal existente sobre a matéria.

Daí a alegação de afronta aos arts. 2º; 29; 61, § 1º; e 84, inc. II, da Constituição da República, repetidos nas normas analisadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (arts. 5º; 24, § 2º; 47, inc. II; e 144 da Constituição paulista).

[...]

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

[...]

9. No mérito, realço que, na linha dos princípios fundamentais da República, a Constituição acolheu como verdadeira situação (a ser modificada pela implantação de uma ordem jurídica possibilitadora da recriação da organização social) a discriminação contra os deficientes, a par de sua inegável dificuldade para superar, na vida em sociedade, os seus limites.

A pessoa portadora de carências especiais há de ser considerada como um potencial usuário do serviço público de transporte coletivo. E como se cuida de titular de condição diferenciada, nesta condição haverá de ser tratado pela Lei, tal como determina a Constituição da República (art. 227, § 2º: 'a lei disporá sobre normas (...) de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência').

10. O Estado tem, portanto, o dever constitucional incontornável de modelar as estruturas políticas e administrativas por ele criadas e



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

### ESTADO DE SÃO PAULO

*desenvolvidas para o atingimento dos fins estabelecidos e das ordens que nele atuam.*

*A titularidade de serviços públicos, como são os transportes coletivos, mantém-se com o concedente (ente público) e o seu exercício afeiçoa-se à demanda social e, ainda, ao cumprimento das exigências constitucionais e legais.*

*Os serviços públicos são concedidos ou permitidos a quem os deseja prestar, na hipótese de se dar o seu desempenho sob o regime de concessão ou permissão, sempre segundo o interesse público buscado.*

**11.** *Por isso é que afirmo, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.649 (de minha relatoria, Plenário, DJ 16.10.2008), que a livre iniciativa garantida pela Constituição da República não confere às empresas liberdade para desempenhar aquelas atividades "sem se submeter às normas legais sobre licitação, sobre a forma de prestação, sobre os cuidados e limites para o desenvolvimento da tarefa, se vier a ser cometida à empresa e, principalmente, ao contrato no qual se estabelecem, de acordo com os ditames das leis, os direitos, mas também os limites, as obrigações e a responsabilidade do concessionário ou do permissionário do serviço".*

*Assim, o empresário que constitui empresa voltada à prestação de serviço público de transporte coletivo ampara-se no princípio constitucional da livre iniciativa para constituir a sua empresa, mas não dispõe de ampla liberdade para a prestação daquele serviço, por ser concessionário ou permissionário de um serviço público.*

**12.** *Entretanto, a finalidade de revestir de maior efetividade determinado direito individual ou social não convalida o vício formal verificado na iniciativa parlamentar.*

**13.** *É que, ao conferir aos Estados-membros a capacidade de auto-organização e de autogoverno (artigo 25, caput), a Constituição da República impõe a obrigatória observância de vários princípios, entre os quais o pertinente ao processo legislativo, de modo que o legislador local não pode validamente dispor sobre as matérias reservadas à iniciativa privativa do Chefe do Executivo (nesse sentido, v.g., a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.124/RN, Relator o Ministro Eros Grau, Plenário, DJ 8.4.2005).*

[...]

*No caso vertente, o Ministério Público Federal concluiu que:*





C.M.V. 3973, 18  
Proc. Nº 09  
Fls. \_\_\_\_\_  
Resp. \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

### ESTADO DE SÃO PAULO

*"De fato, a Lei Municipal n. 11.040/2001, de iniciativa parlamentar, dispõe sobre a implantação de dispositivo especial para embarque e desembarque de deficientes físicos em veículos da frota de ônibus pertencente ao sistema de transporte coletivo urbano do Município de Campinas, matéria inserida, por disposição contida no art. 61, § 1º, II, alíneas a e e, da Constituição Federal, no âmbito de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, e, no caso, por aplicação do princípio da simetria, do Prefeito Municipal.*

*Cumpra notar que o transporte público municipal, em que pese sua delegação mediante concessão a ente privado que se incumbe da gestão direta do serviço, constitui atribuição da administração pública que somente pode ter seus parâmetros definidos por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Desse modo, cabe ao Prefeito Municipal deflagrar o processo legislativo e, a posteriori, regulamentar a lei correspondente.*

*Na verdade, a norma ora impugnada possui caráter regulamentar, pois trata de ato administrativo propriamente dito, aspecto procedimental concernente à exploração de serviço municipal*

*Assim, tem-se também por malferido o art. 84, IV, a, da Carta Política, que determina ser da competência privativa do Chefe do Executivo os atos relativos à organização e ao funcionamento da Administração Pública.*

*(...)*

*Desse modo, a iniciativa parlamentar de lei que versa sobre serviços públicos denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio constitucional da reserva de administração, corolário da separação de poderes" (fls. 457-458).*

**15. A iniciativa parlamentar de lei que versa sobre serviços públicos denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio constitucional da reserva da administração. Nesse sentido, v.g., o Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 508.827/SP, de minha relatoria (Segunda Turma, DJe 19.10.2012), assim ementado:**

*[...]*

**16. Pelo exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).**

**Publique-se.**

**Brasília, 11 de dezembro de 2012.**

**Ministra CÂRMEN LÚCIA**

**Relatora**



C.M.V. 3973/18  
Proc. Nº 10  
Fls. 10  
Resp. 10

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA PARLAMENTAR. ISENÇÃO DE TARIFA NO TRANSPORTE COLETIVO LOCAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO DE INICIATIVA. PRECEDENTES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF. REExt 728.783 SÃO PAULO. Relatora Min. Carmen Lúcia. Data de Julgamento: 31/05/2016)*

---

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 7.307, de 09 de setembro de 2014, do Município de Guarulhos, que cria o Vale Transporte Social, isentando do pagamento do transporte coletivo do Município o cidadão desempregado. Matéria reservada ao Poder Executivo. Vício de iniciativa e violação ao princípio de separação dos poderes. Ausência de previsão orçamentária, criando ônus ao Executivo, sem indicação de fonte de custeio. Violação aos arts. 5º, 47, II, XIV, XVIII e 25 da Carta Bandeirante, aplicáveis ao Município por força do princípio da simetria constitucional, insculpido no art. 144 da citada Carta. Ação procedente. (TJSP. Adi nº 2202026-65.2014.8.26.0000. Relator Des. Xavier de Aquino. Data de Julgamento 11/03/2015).*

---

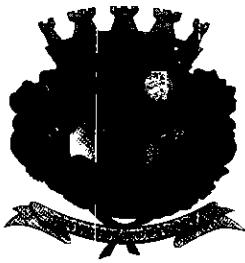
De fato, compete ao chefe do Poder Executivo o planejamento, a organização, a direção e a execução dos serviços públicos municipais. Logo, não cabe ao Poder Legislativo Municipal a iniciativa de lei que modifique ou interfira em tais atribuições, seja de forma direta ou indireta.

Nesse particular, consoante já mencionado, cumpre destacar que os serviços de transporte urbano são regulados pelo instituto da concessão, no qual há a formalização de um acordo bilateral envolvendo o Executivo e a empresa operadora.

Destarte, a instituição de obrigações às empresas prestadoras dos serviços públicos já concedidos podem gerar despesas não previstas no momento da concessão, e com isso ser objeto de indenização ao concessionário em virtude de desequilíbrio na equação econômico-financeira originalmente pactuada.

Nesse sentido decisão da Corte Paulista:

*DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal nº 13.207, de 21 de outubro de 2001 que: "dispõe sobre orientação e o auxílio ao*



C.M.V. 3473, 18  
Proc. Nº 79  
Fls. 0  
Resp. 0

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

*usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo”, da cidade de São Paulo.*

*Preliminar. Extinção do feito sem julgamento do mérito por inexistir interesse processual, Impossibilidade. Condição da ação se faz presente. Vício no processo legislativo lastreado em parâmetros constitucionais.*

***Vício formal e material. Existência. Matéria relativa à Administração Municipal, de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo - Vício de iniciativa e violação ao princípio da separação dos Poderes. Interferência diretamente na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo firmado entre o Poder Público e as empresas prestadoras do serviço de transporte. Afronta aos artigos 5º, 47, incisos II, XIV e XVIII, e 144, da Constituição Estadual.***

*Modulação de Efeitos. Necessidade. Lei que vigora há 15 anos. Presentes os requisitos destinados para avaliar a imprescindibilidade dos efeitos da declaração. Razões de segurança jurídica já bastariam à justificativa. Excepcional interesse social plenamente demonstrado. Gestão Municipal deverá conduzir eventual transformação na forma de prestação do essencial serviço público de transporte, ajustando-se à nova realidade emanada dessa declaração de inconstitucionalidade, sem que da mudança decorra prejuízo à população. Efeito da declaração a produzir-se com o término 120 dias, contados da data deste julgamento colegiado. Ação julgada procedente, com modulação de efeitos.*

*(TJSP. Adi nº 2126725.44.2016.8.26.0000. Relator Des. Péricles Piza. Data de Julgamento 07/06/2017).*

Deste modo, a propositura viola o princípio da harmonia e independência entre os poderes (art. 2º da Constituição Federal; art. 5º, Constituição Bandeirante e art. 3º da LOM).

Caso a Comissão de Justiça e Redação compartilhe desse entendimento poderá valer-se do trâmite previsto na Resolução nº 09, de 22 de outubro de 2013, por se tratar de projeto que dispõe sobre matéria inerente ao Poder Executivo.

***Resolução nº 09, de 22 de outubro de 2013.***

*Disciplina procedimento relativo a Projeto de Lei de natureza autorizativa, na forma como específica.*



C.M.V. 3473, 18  
Proc. Nº  
Fls.  
Resp.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

[...]

*Art. 1º. O Projeto de Lei de natureza autorizativa, que disponha sobre matéria que discipline atos administrativos ou atribuições inerentes ao Poder Executivo, ou ainda à estrutura ou organização administrativa deste, cuja iniciativa tenha sido da Câmara Municipal, por proposição de autoria de qualquer de seus Vereadores, em conjunto ou separadamente, obedecerá ao procedimento prescrito na presente Resolução.*

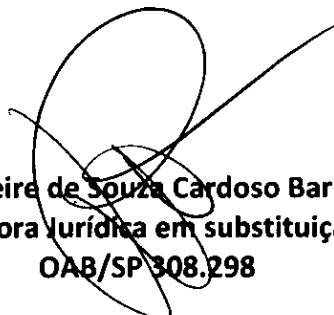
*Art. 2º. O Projeto de Lei que trata o artigo anterior, após manifestação da Comissão de Justiça e Redação será convertido em "Minuta de Projeto de Lei" mediante deliberação da Mesa Diretora e, nesta forma, encaminhado ao Chefe do Executivo Municipal por meio de Indicação nos termos do Regimento Interno.*

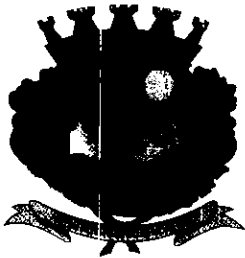
[...]

Ante o exposto, em que pese a louvável intenção do nobre vereador a proposta não reúne condições de constitucionalidade. No entanto, caso assim entenda a Comissão de Justiça e Redação poderá propor que seja convertida em minuta de projeto de lei nos termos regimentais. **Sobre o mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.**

É o parecer.

D.J., aos 25 de julho de 2018.

  
Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa  
Diretora Jurídica em substituição  
OAB/SP 308.298



C.M.V. 3773, 18  
Proc. Nº  
Fls. 13  
Resp. (P)

**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

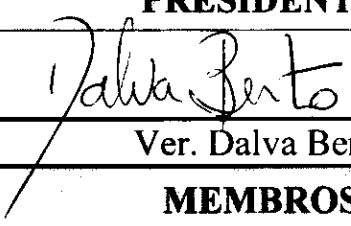

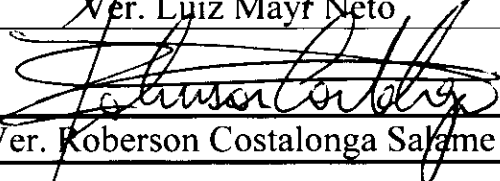
**Comissão de Justiça e Redação**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 156/2018**

**Ementa do Projeto:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de sistema de GPS no ônibus operados por concessão do Poder Público Municipal.

**Parecer:** Esta Comissão analisou o referido Projeto quanto à sua Constitucionalidade, Legalidade e Redação e dá o seu **PARECER** da seguinte forma:

Valinhos, 15 de agosto de 2018

<b>DELIBERAÇÃO</b>		
<b>PRESIDENTE</b>	<b>A FAVOR DO PROJETO</b>	<b>CONTRA O PROJETO</b>
 Ver. Dalva Berto	(X)	( )
<b>MEMBROS</b>	<b>A FAVOR DO PROJETO</b>	<b>CONTRA O PROJETO</b>
Ver. Aldemar Veiga Júnior	( )	( )
Ver. César Rocha	( )	( )
 Ver. Luiz Mayr Neto	( )	(X)
 Ver. Roberson Costalonga Salame	( )	(X)

**Obs:** Emitido parecer jurídico contrário por invadir competência do Executivo e estabelecer regras para contratos administrativos já vigentes e firmados mediante concessão.



C.M.V. 3473/18  
Proc. Nº 74  
Pis. (C)  
Resp.

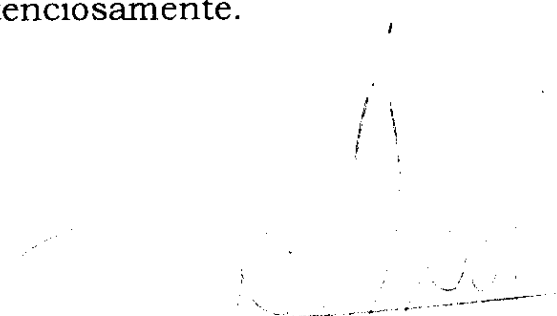
**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Valinhos, 22 de agosto de 2018.

**Ofício nº 28/2018 – C.F.O.**

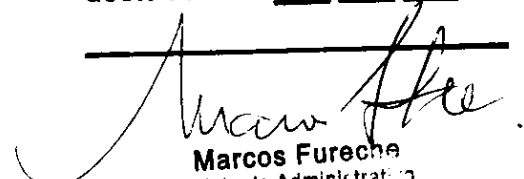
Através do presente encaminhado a Vossa Senhoria o Projeto de Lei nº 156/2018, e, tendo em vista a apresentação do Parecer DJ 203/2018, solicito a conversão em minuta de projeto de lei.

Atenciosamente.

  
**Gilberto Aparecido Borges - GIBA**

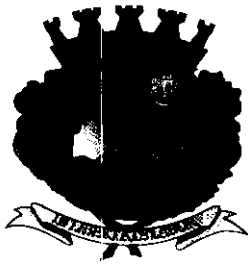
**Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**

RECEBI ..... *Cópia* .....  
deste doc. em 22/08/18.

  
**Marcos Fureche**  
Assistente Administrativo  
Departamento Legislativo

Ao Departamento Legislativo  
Valinhos/SP





C.M.V. 3973, 18  
Proc. Nº  
Fls. 16  
Resp.

C.M.V.  
Proc. Nº 684/19  
Fls. 01  
Resp.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº do Processo: 684/2019 Data: 15/02/2019

Ofício n.º 9/2019

Autoria: GIBA

Assunto: Solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n.º 156/2018.

03  
Ofício Nº 09/2019

**EMENTA: Retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 156/2018**

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 15/02/19

PRESIDENTE

**Dalva Dias da Silva Berto**  
Presidente

Excelentíssima Senhora Presidente  
Nobres Vereadores

O vereador **Gilberto Aparecido Borges** - GIBA, no uso de suas atribuições legais requer nos termos regimentais, após a aprovação do Plenário, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 156/2018, para melhor análise da matéria.

*Contando com o apoio dos nobres pares, agradeço.*

Valinhos, 14 de fevereiro de 2019.

**Gilberto Aparecido Borges**  
Vereador - MDB

*Deferido*  
  
**Dalva Dias da Silva Berto**  
Presidente